

### **Manutenção prolongada da taxa de juros pode desestimular o consumo**

<https://oportunidades.cett.org.br/observatorio/>

O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, nível em que está desde agosto de 2022, porém sinalizou que o número pode baixar a partir de agosto. Isso dependerá da contínua desaceleração da inflação somada ao aumento dos índices de confiança. É a maior taxa desde 2017, atingida após 12 elevações consecutivas.

Em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 3,94% no acumulado de 12 anos, fechando pela primeira vez abaixo de 4% em dois anos. Além da inflação, variáveis globais e mesmo a votação do novo arcabouço fiscal podem influenciar na variação.

A decisão por parte do Copom em manter a alta taxa de juros da Selic, que é a taxa que representa os juros básicos da economia brasileira e que baliza todas as taxas de juros praticadas no país, tem três potenciais consequências: estimula a poupança em detrimento do consumo; reduz as vendas no setor produtivo; e encarece o crédito”, avalia a professora Alethêia Cruz, diretora de desenvolvimento e avaliação do Centro de Educação Trabalho e Tecnologia (CETT) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Segundo a especialista, a taxa elevada por um período prolongado desestimula compras no crédito e gera um aumento na cautela. “A alta taxa de juros estimula o indivíduo a guardar dinheiro no presente para receber juros de uma aplicação no futuro e comprar o que estava planejado com desconto ao pagar à vista. Isso reduz o consumo de bens e serviços no presente”, explica.

Desta forma, um consumo desaquecido acaba por reduzir a demanda de produtos e serviços, o que impacta nas vendas: provoca o adiamento ou até mesmo a suspensão de planos de expansão ou abertura de novos negócios. Mesmo que a empresa siga com a intenção de realizar novos projetos, isso reflete nas taxas de juros comerciais praticadas e isso eleva o custo de captação de financiamentos e empréstimos bancários”, completa.

Ou seja, a questão pode acabar pesando no processo de decisão de empresários e trabalhadores: ambos cogitando se vale mais a pena poupar do que tentar fazer compras ou investimentos no crédito sabendo que terão que lidar com juros altos, o que pode inviabilizar financiamentos de ambos os lados. É como prender a respiração: tanto contratados quanto contratantes podem preferir a cautela e poupar recursos caso as taxas se mantenham altas por mais tempo; para poderem cobrir emergências e para não se arriscarem com compromissos a médio ou longo prazo que possam comprometer a renda.

“Ou seja, se projetos que eram viáveis a uma taxa básica de juros de 8% com um retorno de 12%, passam a ser inviáveis com 13,75%, gerando destruição de valor. Tudo isso reduz o espaço para novas contratações e retrai as vagas de emprego existentes, impactando na geração de emprego e renda na economia brasileira”, conclui Cruz.

Isto é, se as empresas não expandem e tentam poupar para evitar os juros, diminui o número de contratações e, caso arrisque um investimento, o custo pode encarecer manter salários e trabalhadores já contratados.